



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CONVOCAÇÃO Nº 05

RELATÓRIO DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Data: 27/06/2023

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, cumprimentou e agradeceu a presença de todos iniciando a reunião.

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Apresenta o levantamento da necessidade de capacitação dos técnicos das salas de vacinas dos municípios. (Haline Rachel Lino Gomes-Assessora Técnica COSEMS/GO).

Dra. Haline Rachel Lino – Assessora Técnica COSEMS, pontuou que existe o Projeto de fortalecimento de imunização nos territórios municipais, em parceria do CONASEMS e Ministério da Saúde, intitulado Projeto ImunizaSUS com uma ação de pesquisa em parceria com o NESCOM-Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da UFMG que desenvolveu uma pesquisa em todo o território nacional buscando avaliar as ações de imunização, os desafios para aumentar a cobertura vacinal, apresentando os seus resultados em cada Estado. No Estado de Goiás, foram apresentados os resultados desse estudo e também houve um momento de discussão dos técnicos da Vigilância e de Salas de vacina para entender, a partir daqueles resultados e do seu cotidiano, o que que aquilo poderia trazer de melhoria para que sejam elaboradas ações e também necessidades das salas de vacina, sendo na sua grande maioria, discutido a importância de capacitar os técnicos das salas de vacina com a participação da assessoria técnica que representa o COSEMS na CIES. Os apoiadores do COSEMS, fizeram um levantamento no território goiano com os 246 municípios, em tempo recorde, da quantidade de técnicos que necessitam de capacitação em relação às salas de vacina no intuito de atingir o objetivo principal de aumentar as coberturas vacinais, melhorar os indicadores e portanto melhorar um contexto geral de saúde pública e saúde coletiva no nosso país. Apresentou um mapa demarcado pelas Regiões de Saúde com os resultados obtidos onde um total de 1969 profissionais de salas de vacina necessitam de qualificação em algum aspecto em relação à cobertura vacinal. A partir dessa escuta qualificada que os apoiadores do COSEMS fizeram, foi possível categorizar os assuntos que mais apareceram em relação a necessidade de qualificação, quais sejam: acolhimento e estratégias para aumentar a cobertura



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

vacinal (indicadores); esquemas vacinais (atualização de cartão de vacina) e técnicas de aplicação de cada vacina; sistemas de informação; rede de frio, logística de transporte, organização e armazenamento de imunobiológicos; notificação de eventos adversos e, rotina das salas de vacinas (elaboração de POP, microplanejamento e gerenciamento). Objetivam, ao trazer esta pauta, solicitar às renomadas SUVISA e SESG priorização na oferta de cursos, oficinas, vídeo - aulas, materiais de apoio e afins, em tempo oportuno para atender a atual necessidade de saúde pública, no âmbito no estado de Goiás.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, disse que realmente participaram no ano passado do Projeto ImunizaSUS e que precisam trabalhar mais as decisões de saúde pública baseada em evidência. Quanto à pesquisa feita pela UFMG, disse que a UFG fez, acompanhado da Santa Casa de São Paulo, também uma pesquisa que não foi muito diferente, as duas pesquisas trouxeram respostas para aquilo que sempre perguntávamos: “por quê as pessoas não querem vacinar mais?”. Disse que teve a oportunidade, no final da semana anterior, de participar de um Congresso em São Paulo onde foi falado novamente dessa questão da hesitação, uma abordagem um pouco diferente em relação a essa hesitação e a necessidade de capacitação dos profissionais.

Dra. Joyce Kellen Dorneles – Gerente de Imunização/GI/SUVISA/SES, fez o levantamento em relação às capacitações que são realizadas pela Gerência de Imunização, inclusive tem a perspectiva de trabalhar um curso para multiplicadores em salas de vacinação e também tem uma demanda do Ministério da Saúde para trabalhar multiplicadores do microplanejamento, cuja oficina será trabalhada em conjunto com o Estado do Tocantins no mês de agosto. Compartilhou a tela, mostrando o que vem sendo trabalhado em relação à capacitações para salas de vacinas direcionadas com as Regionais, capacitações diretas com os municípios, pois às vezes a Regional pede o apoio à Gerência de Imunização, razão pela qual trabalham em várias formas. Afirmou que foi realizado um levantamento dos últimos três anos em relação às capacitações que foram trabalhadas de forma anual e conjunta entre Regionais de Saúde e municípios. Apresentou de forma detalhada através de uma planilha (capacitação/formato/data/público-alvo) as capacitações realizadas nos anos de 2021, 2022 e até o presente momento em 2023. Constantemente os municípios e Regionais estão sendo atualizados, estão participando desse processo de capacitação. Apresentou o cronograma de capacitações da Gerência de Imunização para o segundo semestre de 2023, com a previsão de trabalhar no mês de setembro o curso de multiplicador para todas as Regionais, será trabalhado o que é voltado para rede de frio, o que é voltado para normativa de vacinação e todos os processos. No mês de outubro será trabalhado a parte de CRIE e eventos supostamente atribuídos à vacinação.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Haline Rachel Gomes – Assessora Técnica COSEMS, parabenizou a apresentação detalhada das atividades que a Gerência de Imunização vem realizando. Acredita que os momentos de capacitação são muito importantes mas também é muito interessante começar a trabalhar e deixar conteúdo de busca, como em videoaulas, em materiais orientativos que sejam simples, objetivos, vez que é preciso considerar a rotatividade de profissionais e atualizações. Salientou que as atualizações devem ser feitas de forma que quando surgir alguma nota orientativa, alguma nota técnica em relação ao assunto de imunização e cobertura vacinal que tenhamos acesso a esse conteúdo desmistificado. Quando uma nota técnica é transformada num vídeo- aula, num manual de simples entendimento, torna-se um local de busca e que atingirá muitas pessoas, muitos profissionais a qualquer momento, sendo esta a sugestão do COSEMS.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, pontuou que é interessante que o material fique em forma de repositório, atendendo num curto prazo até que venha uma qualificação e capacitação presencial que esteja no cronograma, como nos casos em que é preciso fazer uma qualificação rápida em razão do início de uma força-tarefa ou em razão de aposentadorias ou em razão de rotatividade nas salas de vacina. Concorda que deve-se qualificar municípios e Regionais conjuntamente, formando potenciais multiplicadores. Na oficina realizada no mês de setembro na Cidade de Goiás, ficou muito evidente essa necessidade e foi mencionado em todas as salas, divididas em 5 salas, sendo uma sala por macrorregião. Disse que encaminhará para a Dra. Joyce a apresentação que fizeram na Assembleia do COSEMS e na CIB do ano anterior com o resultado da Oficina e o Relatório Final do resultado da Oficina que também poderá ser um documento norteador para ser utilizado.

Dra. Daniela Salum – SMS Iporá, acredita que esse tipo de capacitação tem que ocorrer mais de forma presencial e prática. Analisando a apresentação feita, pontuou que foram realizadas 35 capacitações em 3 anos, sendo 71% realizadas de forma *online*, o que às vezes não são muito satisfatórias quanto uma capacitação presencial. Quando falamos de vacina sabemos da importância, da necessidade e principalmente dos nossos indicadores que andam baixo, seja pelo descrédito, seja por medo, seja por *fake news*. Existem outros agravantes: como vários profissionais recém-formados que não possuem ainda experiência em salas de vacina; tem a questão de perfil pois não são todos que possuem perfil para sala de vacina; tem a rotatividade, com a aposentadoria e outros. Encaminhou, através da apoiadora da Região, algumas sugestões a serem consideradas como: o preenchimento do cartão vacinal, deve-se sensibilizar a importância de uma boa caligrafia, vez que “rabiscar” e assinar não resolve; as notificações devido às reações pós-vacinais, escuta-se muito falar de reação pós-vacinal, mas quantas reações foram notificadas, são necessários dados palpáveis; a importância de ensinar, devendo ser aprimorado com buscas ativas envolvendo os agentes comunitários de saúde e, entender o cartão nacional de vacinação pois ainda existem pessoas que possuem dúvidas.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Joyce Kellen Dorneles – Gerente de Imunização/GI/SUVISA/SES, disse que quanto as capacitações majoritariamente terem sido realizadas de forma *online*, pontuou que em 2021/2022 foi um período de pandemia onde não se podia trabalhar de forma presencial, então a estratégia foi trabalhar de forma *online* e que em 2023 todas as capacitações voltaram a ser presenciais. Quanto à disponibilidade, um repositório de informações, de notas técnicas, de vídeos, existe, através de um drive que é disponibilizado para as Regionais de Saúde, que disponibilizam aos municípios. Assim, todos os documentos de atualização são disponibilizados de forma rápida, num período de 24 horas, é feita uma discussão na gerência e disponibilizado o documento através do “*WhatsApp*”. Quanto aos vídeos, disse que é uma estratégia muito trabalhada, que existem vídeos em relação às vacinas de COVID, em relação a mapa de temperatura. Por conta da rotatividade, solicitam aos municípios que tentem manter as pessoas que são de salas de vacina por um período maior, pois é um processo de aprendizado que leva um tempo. Tem também disponível um curso *online* que está sendo divulgado nas capacitações e “*WhatsApp*” que é da Sociedade Brasileira de Imunização, de 45 horas, específico para salas de vacina, que contempla todo processo, o calendário de vacinação, o processo de trabalho, atualização das vacinas do momento, como montar uma caixa, todo o processo que envolve a imunização. As notificações são subsidiadas pelos municípios, através do sistema e a Gerência de Imunização acompanha todas as notificações e encerra no sistema com resposta para o município. Quanto à capacitação dos agentes comunitários de saúde, tem trabalhado fortemente na parceria com a Atenção Primária para que esta atue junto a esses agentes comunitários, à imunização. Essa parceria tem sido estabelecida para conseguirmos realmente trabalhar os agentes comunitários que estão diretamente ligados à população e conseguem trazer a população à sala de vacina para conseguirmos resgatar essas pessoas que não são vacinadas e nesse caso fazer a busca ativa.

Dra. Carla Guimarães – Apoiadora COSEMS, parabenizou todos os apoiadores COSEMS que fizeram o levantamento junto aos 246 municípios. Esse assunto praticamente tomou conta da penúltima reunião da CIES Estadual, onde todos os representantes das 18 CIES Regionais, de forma unânime, colocaram essa pauta. Desta feita, se sentiram provocados a apoiar na perspectiva de buscarmos essas informações e entendermos de fato qual era a dimensão dessa dificuldade ou dessa necessidade de qualificação nas salas de vacina. Como o levantamento feito pelo COSEMS está bastante atual, sugeriu que a Gerência de Imunização compare com as ofertas que foram trabalhadas pela SUVISA no ano de 2023 para identificar se essas áreas, essas necessidades são coincidentes ou não. Acredita que junto ao curso tem que vir alguma ferramenta de avaliação do ponto de vista do processo de ensino/aprendizagem porque às vezes é pensado numa metodologia para alcançar aqueles objetivos e nem sempre se consegue colher o fruto do que foi pensado. É importante fazer essa avaliação do quão transformador o curso tem sido. Outra coisa que foi falada pela Dra. Joyce e que acredita ser extremamente importante é a manutenção de certos trabalhadores em determinadas funções e a Vigilância é uma área extremamente sensível, que tem



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

uma massa de acúmulo de conhecimento que não pode ser desprezada. Assim, fazem esse movimento, essa conscientização junto aos gestores, mas acredita que não só na Vigilância, mas na Atenção Primária, deveriam desenvolver alguma ferramenta para monitorar, georreferenciar esses trabalhadores porque via de regra se não estão no município, estão no município vizinho e esses profissionais também podem ser multiplicadores e os apoiadores nos remetem situações onde um município apoia o outro, um técnico apoia o outro. Acredita que temos também nos municípios técnicos extremamente qualificados e que podem auxiliar nessa perspectiva de qualificação das equipes, numa lógica às vezes mais próxima da residência daquele trabalhador. São estratégias que podem também ser pensadas para auxiliar nesse movimento que é contínuo. Entende que esse monitoramento é extremamente importante; um número de quase duas mil pessoas é um número importante que não pode ser desconsiderado; precisamos olhar, comparar para entender como é que a gente pode atuar de forma mais assertiva. Enquanto COSEMS, sempre estão à disposição para participar de forma parceira, inclusive participaram da reunião do microplanejamento com algumas ressalvas, algumas preocupações que até manifestaram e sabem que farão parte desse conjunto de técnicos da SUVISA que participarão dessas capacitações.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, afirmou que a imunização foi a primeira a ser alterada no site da SES para tornar mais fácil o acesso às Notas Técnicas. Pediu para a Dra. Joyce mostrar rapidamente como que ficou o site, pois a ideia da equipe é justamente facilitar o acesso, inclusive com as vídeo - aulas para que as pessoas saibam onde buscar quando precisarem.

Dra. Joyce Kellen Dorneles – Gerente de Imunização/GI/SUVISA/SES, apresentou o site da SES, explicando que deve-se acessar “Vigilância em Saúde” - “imunização” - que possui três “abas” (usuário, profissional e gestor). O usuário tem acesso às informações em relação à importância da vacinação; em relação ao certificado internacional de vacinação e, aos imunobiológicos especiais. Tem o calendário de vacinação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso e da gestante. O profissional de saúde tem acesso às normas em relação ao Calendário Nacional de Vacinação; a Rede de Frio; a Normatização; a Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI); ao Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE); aos Sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e, a Vídeos Instrutivos. Quanto a notificação, dispõe da ficha ESAVI (evento adverso) e tem também o manual, caso a pessoa tenha dúvida ela consegue visualizar. Sobre o CRIE colocaram especificamente a ficha de imunobiológico especial, o manual e as orientações gerais sobre o CRIE, além do sistema de informação que foi uma dúvida colocada. Com isso, deixaram o site o roteiro de vacinação e é bem didática a página, esclarece bastante as dúvidas.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, disse que além disso vão colocar também as videoaulas, e estão atualizando para colocar as notas técnicas e os vídeos disponíveis.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, sugeriu como encaminhamento, que levando em consideração que nem todas as pessoas têm a facilidade de compreensão daquilo que está escrito nas notas e corroborando com a fala anterior da Dra. Daniella Salum, da necessidade de retomar as qualificações presenciais. Sugere que seja pensado em conjunto com a Superintendência da Escola um cronograma de qualificações de reciclagem. Que pensassem uma estratégia de um cronograma de qualificação trabalhando de forma macro com metodologia que se baseie no processo de envolvimento dos profissionais. Sugere que o item suba para a pauta da reunião CIB, para que assunto seja compartilhado devido a importância e que na apresentação na plenária seja feita a apresentação do slide, porque na reunião da CIB é que é o espaço para promover esses assuntos.

Dra. Joyce Dorneles – Gerente de Imunização/GI/SUVISA/SES, disse que o cronograma é para todos os municípios.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/ SES, reiterou que o item seja encaminhado para a pauta da reunião da CIB com apresentação e discussão

Encaminhamento: vai para apresentação e discussão na pauta da reunião da CIB.

1.2 – Análises Epidemiológicas da Mortalidade Materna em Goiás no ano 2021. (Dra. Leticia Mara Conceição Aires/Coordenação de Vigilância do Óbito/GVEDNT/SES).

Dra. Leticia Mara – Coordenação de Vigilância do Óbito/SUVISA/SES, iniciou a apresentação falando de alguns conceitos a respeito da mortalidade materna, falou da relevância dos óbitos maternos para desenvolvimento de ações de Saúde Pública na SUS em Goiás. Mostrou um gráfico sobre a relação da taxa média da mortalidade materna, que até o ano de 2019 tinham uma percepção de queda, entretanto com a Pandemia COVID-19 houve um aumento. Expôs uma linha do tempo da mortalidade materna no Estado de Goiás, que o objetivo são: descrever o perfil epidemiológico dos óbitos maternos residentes no Estado de Goiás ocorridos no ano de 2021 no contexto da pandemia de COVID-19; comparar as realidades macrorregionais, visando informações para nortear ações para a redução da morbimortalidade materna, incluindo seus órfãos. Disse que coletam os dados e fazem a investigação, que é feita pelo município em busca de motivos do que levou o óbito materno. Demonstrou a caracterização sociodemográfica das mulheres que foram a óbito do ano de 2021, que totalizaram o número de 138 óbitos maternos. Disse que precisam fazer um movimento no sentido de evitar óbitos maternos evitáveis, por isso estudam sobre as causas dos óbitos maternos. Mostrou as causas diretas e indiretas de doenças que contribuem e as localidades com maior número de óbitos maternos ocorridos em 2021. Falou que chegaram nas conclusões: a Covid-19 impactou fortemente no aumento dos óbitos maternos. Disse que orientou as ações recomendaram que reforçassem a vacinação; nortearam políticas específicas a determinadas populações. É uma recomendação do Ministério da Saúde que se institua um Comitê Estadual de Mortalidade Materna interinstitucional, multiprofissional com formativo educativo e destinado a formulação de políticas públicas. Precisam acelerar a organização de uma rede de assistência materna regionalizada, integral, hierarquizada e de fácil acesso na sua área de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

abrangência nos municípios do interior, efetivar a equidade na assistência, melhorar a assistência ao parto e puerpério. Além de, evitar que aconteçam partos principalmente cesarianas em Hospitais de Pequeno Portes, pois precisam de uma equipe de mínima para realização dos partos. Também precisam focar em planejamento familiar não deixar mulheres cardiopatas, com câncer engravidar, isso precisa ser falado para ser evitado. Reiterou que é importante refletir o que pode ser feito para que mortes maternas evitáveis não aconteçam e já tem uma determinação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2021, a fim de acelerar o processo de redução da mortalidade materna, porque são 70 óbitos, entretanto o número de óbitos materno que acontece no mundo é maior que 100, e no Brasil não consegui diminuir depois da pandemia. Finalizando sua apresentação informou que a fim de acelerar processo de redução da mortalidade materna, estabeleceu-se a iniciativa para acabar com a morte materna evitável com 05 marcos e metas até 2025.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, pediu a Dra. Letícia que organizasse a apresentação para a CIB com no máximo 4 slides devido ao tempo curto de apresentação. Fazer um resumo para que os Gestores presentes possam ter uma noção para tomada de decisão. Disse que chamou sua atenção sobre a abordagem em relação a questão do vazio assistencial. Se realmente seria um vazio ou qualidade da assistência.

Dra. Letícia Mara – Coordenação de Vigilância do Óbito/SUVISA/SES, respondeu que a questão do vazio assistencial seria um conceito trabalhado junto ao pessoal do Ministério da Saúde. São cidades enormes na região sem maternidade.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que a apresentação da pauta traz reflexões sobre a integração da Atenção Primária com Vigilância. Sugeriu fazer a apresentação na CIB com recortes macrorregionais e fossem feitas nas reuniões de CIM, dada a relevância do tema.

Dra. Simone Camilo – Gerente das Regionais, disse que a Dra. Loreta está retomando as discussões referentes a Rede de Urgência e Emergência e também da Rede Cegonha.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, informou que a pauta vai para a CIB como Apresentação e Discussão.

1.3 – Monitoramento do PROTEJA em Goiás. (Nágila Araújo de Carvalho – GVEDNTPS)

Obs: Essa pauta foi transferida para os Informes

1.4 – Inconsistências dos indicadores do PQAVS 2022 nos indicadores 10 e 13.(Leidimar Borges / Coordenadora do Núcleo de Vigilância Municipal de Valparaíso).

Dra. Leidimar – SMS/Valparaíso, disse que houve problemas de informação para a chegada de dados ao Ministério da Saúde com relação a alguns indicadores do PQAVS, ficando o município prejudicado no recebimento da verba. Essas inconsistências continuam nas primeiras parciais desse ano, sendo ano referência 2022. Mostrou através de uma tabela erros no indicador 10, 13 e



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

14. Foi feito contato com a Regional e o Sr. Daniel ajudou o município. Já na 2ª parcial houve a correção de alguns dados.

Dr. Daniel Gomes – GVEDT/SUVISA/ SES, informou que o município sinalizou esse problema no passado e foi realizado esse processo de correção da transferência de dados do município ao Ministério da Saúde. Foi comprovado a digitação das notificações e o processo de envio mas por questões de sistema esses dados não chegaram ao MS.

Dr. Emílio Alves – GVEDT/SUVISA/SES, pontuou que entrou em contato com a área técnica responsável pelo programa de tuberculose. Foi realizada uma avaliação e realmente os dados estão 100% porém o Ministério da Saúde continua mandando a planilha com os dados zerados. Esse seria um problema de acesso ao banco de dados do SUS. Quando houver essa devolutiva de correção será repassada essa informação direto ao município. Já estão em fase final de copilação dos dados. Não se pode fazer uma avaliação final sem saber o porque da base de dados do Estado de Goiás não está subindo para compor a base nacional para avaliação final do PQAUS.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente / SUVISA/SES, sugeriu oficializar essas informações e questionamentos ao Ministério da Saúde via SEI. Sugeriu também que todos os municípios façam essa avaliação preliminar dos indicadores.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, solicitou cópia desses documentos ao COSEMS e aos municípios, documentos estes que serão encaminhados ao Ministério a Saúde.

CEREST/SES, solicitou aos municípios que estejam tendo problema com os indicadores com relação a saúde do trabalhador que se manifestem para tratativa de correção desses problemas.

Dr. Daniel Gomes – GVEDT/SUVISA/SES, sugeriu que a pauta fosse para a CIB como Apresentação e Discussão no sentido de acionar os municípios

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, solicitou que seja encaminhada essas parciais dos indicadores ao COSEMS, com o intuito dos municípios verificarem essa situação.

Inclusão e Pauta

Inclusão de Pauta que saiu do GT de Gestão e foi para GT de Vigilância.

1.5 - Adequação para ampliação nas obras entre Governo do Estado de Goiás e Governo Federal (Região Entorno Norte - Restauração e Melhoramentos).

Dr. Gustavo Barbosa – Regional Entorno Norte, disse que apresentaram essa pauta o que foi observado ela é recorrente para muitos municípios que não ter um projeto padrão com relação às construções de algumas políticas. Deu exemplo que tiveram com município de Formosa, que está relacionado a construção de um CAPS III, tiveram a visita dos técnicos do Ministério da Saúde. Em relação a obra foi inaugurada a pouquíssimo tempo, receberam a visita da SUVISA, foi feita algumas solicitações de mudança em uma obra que sequer praticamente foi inaugurada. É importante que o Estado possa levar essa discussão à frente com relação de ter uma adequação de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

projeto tanto a nível do Ministério quanto também do Estado, para que não haja um desperdício de recurso e de tempo e o município ainda fica prejudicado com relação adesão a qualquer política que seja, está trazendo esse exemplo. Disse que o município de Formosa não tem recurso sobrando para fazer uma adequação de obras de uma visita técnica feita a curtíssimo prazo pelo Ministério e a pouco tempo adequar conforme a solicitação da SUVISA.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/ SES, disse que independente disso, toda unidade de saúde antes da construção precisa ter um projeto aprovado pela SUVISA.

Dr. Gustavo Barbosa – Regional Entorno Norte, disse o que pode ter acontecido nesse caso em específico, essa é uma obra bem antiga, ela deve ter sido aprovada mas acredito que no ano de 2014 e foi concluído agora com o recurso do município, então teve todo o investimento do município que teve o interesse, o difícil dessa adequação é que o Ministério geralmente faz essa visita técnica ao término da obra assim como fez no CER, e em outras construções a visita técnica da SUVISA geralmente acontece ao final e também não tem uma conversa entre projetos e nós temos que agradecer os dois pontos.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/ SES, disse o que acontece que existe sim a conversa, porque na verdade qualquer unidade de saúde seja público privado, filantrópico antes da construção ela tem que ter um projeto aprovado na SUVISA. Você está falando que esse projeto foi aprovado no ano de 2014 pela legislação, você começou sua obra ok, projeto aprovado termina a obra, se você não começa a obra a validade do seu projeto são dois anos, então você tem que apresentar novamente para começar sua obra as normas mudam. O que precisa deixar claro esse projeto sendo apresentado aqui ele é analisado, e o que tem colocado inclusive como um protocolo nosso, visitas presidenciais fez uma análise deu muito problema, o engenheiro chama o gestor Municipal, senta e conversa de que forma vai ter que adequar, então só deixar claro isso. Em relação à visita técnica do Ministério imagina que ele esteja em funcionamento, mas ele não olha o projeto em si as medições, os fluxos, ele olha outra coisa e cabe a SUVISA deixar claro Dr. Gustavo, isso é uma norma da Anvisa existe uma RDC que é uma resolução a gente só utiliza ela.

Dr. Gustavo Barbosa – Regional Entorno Norte, disse que o interesse é dos municípios, é que isso já seja um projeto único, porque se não quando vem os recursos tem que cumprir aquele projeto, e ao mesmo tempo tem que se adequar as normas que a SUVISA, tem a divergência, então o Ministério que não está de acordo.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, disse que precisa haver um alinhamento do que é para seguir, o Ministério quando ele viabiliza o recurso ele tem uma planta padrão e quando ele vem não é só a questão do funcionamento, se aquela construção ela não foi feita aos moldes do que o Ministério exige ele notifica o município e o município fica em uma situação difícil, mas é exatamente isso porque se por um lado a SUVISA determina e ela é subordinada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, se a Vigilância Sanitária Estadual ela precisa atender ao que preconiza as RDCs da Anvisa, o próprio Ministério para viabilizar o recurso para o município fazer a construção ele exige aquela planta padrão, fica complicado. Dr. Gustavo traz então essa situação, é para ver justamente de que forma pode encaminhar, na verdade pedindo uma ajuda, como resolver essa situação.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/ SES, disse que precisa que a Anvisa e Ministério da Saúde se conversem e pode solicitar uma ajuda ao CONASEMS.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Gustavo Barbosa – Regional Entorno Norte, disse que precisa levar essa discussão do nível Estadual com as instituições Federais, e essa é a solicitação de imediato.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, disse que o Dr. Gustavo traz uma realidade de todos os municípios, que tem obra pleiteada, sugeriu se poderia então a Vigilância Sanitária, ela vai ter muito mais condições técnicas de embasar as questões das RDCs, puder elaborar um ofício colocar no SEI, o Secretário de Estado assina em conjunto com o COSEMS, e encaminha para o Ministério da Saúde, para que isso seja discutido lá no âmbito da tripartite e o COSEMS encaminha para o CONASEMS e a SES encaminha para o CONASS, porque lá no âmbito da Tripartite nas tratativas com o Ministério da Saúde quem faz são eles.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB – Apresentação e Discussão

Inclusão de pauta

1.6 – Solicita para que as orientações técnicas/notas técnicas sejam passadas de forma oficial (SMS Chapadão do Céu)

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/ SES, disse que entendeu assim, o documento que chegou foi só para confirmar pedindo que as orientações técnicas sejam passadas de forma oficial em notas técnicas, informou que orientação técnica não pode ser verbal ela tem que ser documentada ou é nota técnica ou nota informativa.

Dra. Marília Carvalhais – Assessora Jurídica do COSEMS, disse que Dr. Fernando e a Dra. Rafaela são gestoras, também estão aqui na sala, e a Diretora da Vigilância Municipal, nas dificuldades das fiscalizações em loco com a atuação de determinadas profissionais ela recorreu a SUVISA para orientações técnicas, no entanto as orientações que ela recebeu pela SUVISA, são orientações via e-mail com arquivos no World, sem assinatura, sem logotipo, sem qualquer segurança, não tem perfil, não tem formato de documento oficial. Dra. Rafaela solicitou que fosse elaborado um parecer, disse da impossibilidade, porque todas as orientações especificamente daquele caso para aquela atuação não tem validade jurídica, porque não tem roupagem necessária de um documento oficial, então não poderia portanto estar como uma orientação técnica de modo de subsidiar uma atuação numa fiscalização com base em falas, como a Dra. Flúvia mencionou, a falta da higidez deixar aqui fez com que a secretaria municipal de Chapadão do Céu viesse pautar neste GT a necessidade padronizar todos, então teve esse caso específico.

Dra. Rafaela Dias – Diretora Técnica da Vigilância Municipal, disse que passaram por uma fiscalização, que estavam em dúvida referente basicamente a legalidade dos procedimentos se poderiam não ser realizados pela profissional e pediram um apoio na SUVISA no setor de serviço de interesse à saúde, a documentação veio via e-mail, mas passaram para ela em documentos do Word tanto é que eu pedi o parecer dela exatamente por causa disso, porque ficou muito em dúvida em relação a documentação para poder fazer o documento para a pessoa que estava sendo inspecionada, então é uma dificuldade que tem enfrentado dentro do município, e acredita que não seja só nesse município, foi passado para Dra. Marília para poder chegar no consenso, e ela mencionou para trazer essa pauta para poder formalizar essa documentação e que gostaria de um respaldo.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/Suvisa/SES, disse que primeiramente como a Dra. Flúvia já colocou todas as nossas orientações do ponto de vista de notas técnica conforme as



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

recomendações tudo é feito de forma bastante oficial, inclusive com assinatura da Superintendente, quando é o caso do técnico da área do gerente da área, então como foi observado, que é uma coisa pontual foi solicitado o encaminhamento dessa documentação, desse e-mail recebido, para análise e ver o que aconteceu e que possa dar uma devolutiva com relação a esse caso, porque realmente não é o procedimento que nós adotamos aqui do ponto de vista de qualquer normativa, qualquer documento técnico, qualquer orientação mais focada. Pela fala acredita que é alguma coisa referente a Vigilância Sanitária. independente do que a Dra. Eliane colocar se todos concordarem, acho interessante porque não possui a documentação aqui em mãos, não se sabe bem o conteúdo, então foi solicitado o envio diretamente para o e-mail da Vigilância Sanitária para que possa ser avaliado e providenciar a devolutiva.

Dra. Eliane Rodrigues – Gerente de Vigilância Sanitária/SUVISA/SES, disse que é exatamente isso, não é do conhecimento, qual é o tipo de documento que foi formulado e a oficialidade disso, se recebeu via e-mail se foi ofício, se foi sistema SEI. Quando se pede um parecer técnico existe a emissão do parecer técnico com toda a estrutura de assinaturas e normalmente só ocorrem pelo SEI ou se foi via e-mail, muitas vezes são dúvidas que muitos municípios formulam e são respondidos pelo próprio e-mail se são questões mais simplificadas e vai colocar aqui no chat o e-mail da gerência e pedir para que repliquem por favor esse documento para que Dra. Marília possa analisar.

Dra. Marília Carvalhais – Assessora Jurídica do COSEMS, disse que lembrando a Dra. Eliane, que o conteúdo é excelente, disse que leu para elaborar o parecer, então o conteúdo é aquele mesmo, detalhe, não tem validade para que ela utilizasse como fundamento entendeu, então vão encaminhar que caso qual que era a proposta, que estes documentos em *Word* fossem convertidos em nota técnica para isso.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/Suvisa/SES, disse que o encaminhamento é esse mesmo, não tem nenhum outro desdobramento por enquanto, e agradeceu tanto COSEMS quanto a Dra. Rafaela do município por terem trazido para essa situação.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, disse que Dra. Marília também tem o vínculo com o município, porque ela é procuradora jurídica, ela é vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Chapadão do Céu, está falando neste momento como técnica de Chapadão, mas nós também solicitamos a pauta reiterando dada é zelo do cuidado de ambas as partes.

Encaminhamento: não vai para reunião da CIB

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

2.1 – Repactuação de unidades sentinelas de síndrome gripal. (Tatiana Sardeiro/ Coordenação de Doenças Imonopreviníveis e Respiratórias/CDIR/GVEDT)

Dra. Tatiana Sardeiro – CDIR/GVEDT/SUVISA/SES, disse que os técnicos do Ministério da Saúde propôs a criação dessa vigilância sentinela para:- monitorar a circulação dos vírus respiratórios, e conhecer a - proporção de atendimento de síndrome gripal em relação ao total de atendimentos realizados nas unidades, - identificar as variações sazonais por faixa etária naquele período do ano onde tem um aumento dos casos de síndrome gripal, - identificar as cepas virais para formulação das vacinas de influenza e - identificar oportunamente situações inusitadas, então esses são os cinco principais objetivos dessa vigilância. A implantação desse serviço ela exige que

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

As pessoas passam pelo atendimento de síndrome gripal independente das faixas etárias e que tenha minimamente uma vigilância estruturada de forma com que o serviço consiga inserir fazer as coletas, encaminhar, inserir as notificações e os dados referentes aos agregados no sistema de vigilância da gripe. Aqui no Estado de Goiás essas unidades elas foram implantadas no ano de 2005 e no município de Goiânia no ano de 2011 foi feita a ampliação para o município de Aparecida e Anápolis no ano de 2021. Foi elaborado um projeto para ampliação dessa rede de forma com que cada Regional de Saúde tivesse no mínimo uma unidade sentinela implantada, no ano de 2021 e 2022, foi feita a divulgação em todas as reuniões CIB, das unidades que implantaria essa vigilância e está sendo acompanhado os dados dessas unidades sentinela, ela trabalha principalmente com dois indicadores que é o percentual de casos de síndrome gripal com coleta de amostra onde a unidade tem que coletar no mínimo cinco amostras de síndrome gripal por semana epidemiológica e tem coletas em todas essa semana e no mínimo 80% dessa semana o outro indicador é relacionado ao preenchimento do agregado semanal que é um consolidado de dados onde é informado total de atendimentos realizados e desse total quantos são de síndrome gripal, então basicamente são esses dois indicadores que são monitorados pelo Ministério da Saúde e estamos acompanhando os percentuais desde a implantação dessa Vigilância. E com a ampliação dessas unidades de monitoramento foi feita uma reunião com alguns municípios que não estão atingindo os indicadores pactuados, e como encaminhamento dessas reuniões ficou a situação de rever a pactuação de unidades em dois municípios, o primeiro foi Posse, então passou de unidade sentinela para o Centro de enfrentamento, o próprio município sinalizou da necessidade de mudar essa pactuação, então essa vigilância fosse implantada no hospital municipal Arquimedes Vieira de Brito, o secretário de saúde encaminhou o termo de adesão solicitando essa mudança na pactuação, o outro município que também solicitou essa mudança foi Itumbiara, então a unidade que tinha sido pactuada foi a UPA 24 horas e eles sinalizaram a necessidade de mudança para o hospital municipal Modesto de Carvalho, ambos municípios encaminharam o termo de adesão inclusive já foi feita a mudança no sistema, e o município de Itumbiara já começou a fazer as coletas no hospital municipal, importante manter essa pactuação atualizada até porque o próprio Ministério da Saúde faz as avaliações, e depois repassa o recurso. O repasse depende que a unidade esteja atuando da forma correta, inicia esse processo com a assinatura do termo de adesão, depois disso é encaminhado para reunião da CIB, quando isso é pactuado em CIB, posteriormente é repassado ao Ministério da Saúde de forma com que eles tenham uma relação atualizada das unidades sentinelas no estado, as resoluções antigas que informa quais unidades sentinelas foram implantadas por exemplo, a de Itumbiara, implantada em dezembro do ano de 2021 não vai ser necessário revogar toda a resolução, no caso da unidade de Itumbiara, então a mesma coisa é para Posse, que foi pactuado com outros municípios, mas vai ser modificada a participação somente de Posse por enquanto os outros municípios não sinalizaram necessidade de modificar a unidade sentinela foram só esses dois, que foi observado que é basicamente essa mudança, ela foi necessária porque a unidade não está atendendo realmente essas expectativas de serviços a implantar na Rede. Então é isso que gostaria de levar para CIB, essa situação essa mudança de unidade sentinela de Posse e Itumbiara já está com o termo de adesão assinado por ambos os secretários municipais de saúde.

Encaminhamento: vai para reunião da CIB**3 – INFORMES:****3.1 – Distribuição de testes rápidos para detecção do Sars-CoV-2 em âmbito Estadual e Nacional.**



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

(Divânia Dias da Silva França - CGAT/SUVISA/SES)

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/ SUVISA/SES, disse ser o momento só para contextualizar um pouco com relação à distribuição dos testes rápidos de antígeno que foi recebido do Ministério da Saúde, qualquer um pode ter acesso às pautas que o ministério tem disponibilizado através de um link do Ministério da Saúde que ficou de colocar, desde o mês de maio na resolução nº 022 de 2023 foi padronizando a liberação de testes rápidos através do informe que foi feito o levantamento de estoque, onde o município faz a sua solicitação de acordo com a sua necessidade e posteriormente vai dispensando. Os testes rápido através dos formulários, os municípios na sua grande maioria eles têm atendido a esse chamamento e tem que sempre ter preenchido esse formulário, agora no mês de março alguma mudança na data que antes era até o décimo quinto dia do mês e foi alterado para o quinto dia útil do mês exatamente para facilitar a logística de distribuição com outros insumos que já vão para as regionais, só para ver um breve histórico aqui, do último ano tive no mês de Junho do ano passado até agora este mês de junho um total de distribuição aonde saiu de trezentos cinquenta mil testes testes dispensados, no mês de Junho do ano passado é variando, mas sempre com uma tendência de queda e hoje nossa última distribuição no mês de junho de 2023 foi distribuído quarenta e sete mil testes, gora tem um estoque no almoxarifado de trezentos e sessenta e quatro mil testes para até dezembro deste ano e mais 56 mil, com a validade até 29 de Fevereiro de 2024 totalizando quarenta e dois mil e cem. Nessa mesma perspectiva para o próximo mês um quantitativo como foi desse último mês de junho, não conseguiu nem alcançar o que foi solicitado pelos municípios nesse último mês, então já em contato com o ministério a várias semanas, já oficializamos isso documentalmente, e o foi colocado é que o Ministério da Saúde está no processo de licitação para compra de novos testes mas ainda não tem previsão de entrega para os Estados. Informou que não tem nenhum processo de compra para testagem e então mediante essa situação já foram orientados os municípios, isso mensalmente nas várias interlocuções que tem. Já tem documentado tudo isso, foi repassado para as regionais e para os municípios de forma oficial, com assinatura da Flúvia e da Gerente da área, e que os testes sejam utilizados assim como Ministério da Saúde tem orientado, para diagnóstico exatamente, devido ao momento epidemiológico, a orientação é que os testes sejam utilizados para fins diagnósticos e que sobretudo nos casos de internação por síndrome respiratória aguda grave, esses pacientes devem ter não o teste rápido como teste diagnóstico, mas sim coleta para realização do exame rt-PCR, porque vai inclusive possibilitar a realização da genotipagem, para ver qual genótipo circulante da variável no homem que tem agora em circulação, então essas são as recomendações, uma última recomendação é que foi pedido oficialmente uma orientação do Ministério, foi com relação ao descarte de testes já com validade inspirada e também foi documentado isso para as regionais e para os municípios que aqueles testes com menos de 90 dias de validade inspirada, eles não fossem descartados porque, ainda não teve uma devolutiva oficial do Ministério, se vai haver uma extensão de validade para esses testes, com pelo menos 90 dias de prazo de validade, assim que chegar uma normativa oficial do Ministério falando que não haverá extensão de prazo, vai ser documentado as regionais e municípios, para que seja feito o descarte da forma recomendada. Os testes com cálculo pactuado tem um percentual dos municípios que solicitaram os testes, então continuaria utilizando o Google forms, foi elaborado para que os municípios digam se eles têm interesse ou não de receber e para aqueles que tiverem interesse de receber vai ser feito o cálculo per capita para enviar para esses



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

municípios para que não falte para ninguém. Enquanto isso continua nessas atrativas com o Ministério, inclusive tem uma última solicitação que foi feita através de uma consulta para o ministério que fez para a Secretaria Estadual de Saúde e nós estamos esperando uma remessa não é grande é uma remessa pequena de 16 mil, mas que ainda não chegaram aqui no estado, para isso modifica o modo de cálculo, porque antes não estava tendo o cálculo, o município pedia o que ele pedia a gente tentava ajustar com algum teste que tinha na regional que estava sobrando em algum município, mas hoje já não é essa realidade, mais então vendo a solicitação do município o que será feito é atender dentro do percentual per capita daquele município para que possa atender a todos os municípios solicitantes, e para isso que vai sere preciso então fazer essa nova repactuação. Está em aberto para discutir. Tem uma repactuação, seria bom mesmo ter um informe, mas mediante a situação precisa repactuar o cálculo, porque hoje não faz cálculo, o que o município solicita é enviado, só se existe assim uma solicitação, às vezes muito fora do que o município normalmente solicita ou observa pelo formulário que ele tem o estoque grande, é feito uma ligação para o município e conversado para saber se é aquele quantitativo mesmo, faz o ajuste com o município, quanto ao quantitativo e envia o que ele está solicitando, mas agora nessa situação tem que repactuar, porque não vai ser mais o quantitativo que o município solicitar, mas o envio é o quantitativo per capita daquele município, apenas para aqueles municípios que solicitarem e que aquele que disser que não tem interesse não será enviado.

Dra. Lidiane Martins – SMS Divinópolis, cumprimentou a sala, disse que Dra. Simone teve que sair, disse que ficou com a mesma impressão que Dra. Jaqueline, porque entrou como informe e na verdade que é quer colocar uma redistribuição. Se isso for uma pauta de atuação nós precisamos passar ela para discussão e para a discussão precisa tirar do informe como Dra. Jaqueline comentou, porque senão não tem como a gente deixar só como informe.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/SUVISA/SES, disse que se tiver o mesmo quantitativo solicitado que nesse mês de junho, já tem o suficiente para distribuir, a expectativa pelo que tem observado, que possa ver até realmente uma redução dessa solicitação, consiga atender a todos, sem problemas e poderia patuar a partir da distribuição do mês de agosto, mas pode ser que essa nova previsão ela não se concretize e nesse caso já teria que está faltando para essa distribuição no próximo mês de julho.

Dra. Sônia Faustino – SMS Gameleira, disse para ter a segurança de como conduzir para frente queria tirar algumas dúvidas primeiro, diz para ter o cuidado nessa negociação, tem a estimativa mas diz trabalhar muito o contato com a Regional, porque até preocupa em relação a mesmo com vencimento, aguardar 90 dias no geral os municípios não tem almoxarifado suficiente para armazenamento e condicionar, tem outros produtos, sempre trabalham no limite de espaço. Quer saber se mesmo com a participação é negociável, se tem uma meta para o município pegar e ou pode negociar isso com regional e pegar aquilo que está dentro da realidade.

Encaminhamento: vai para reunião da CIB, para Discussão e Pactuação

3.2 – Abertura de contas para recebimento de investimentos estaduais - Projeto Cofinanciamento das Ações de Vigilância em Saúde. (Cristina Aparecida Pereira Borges Laval - Gabinete SUVISA/SES)



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/SUVISA/SES, disse que o processo SEI 202300010004899 para acompanhamento da disponibilização dos recursos pelos municípios, todos os passos de abertura do processo, Despachos, liberação de recurso, arredondamento de cálculos, a Resolução CIB 002/2023 que determina a abertura de conta bancária específica para recebimento de transferências fundo a fundo do Tesouro Estadual para ações e serviços de custeio, que incluem o cofinanciamento das ações de vigilância em saúde; o repasse financeiro para investimentos também é necessário abertura de conta bancária específica para recebimento das transferências fundo a fundo do Tesouro Estadual, falta 222 municípios para abrir as contas específicas para receber investimentos.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que os municípios precisam ser informados do fluxo através das regionais de saúde, e os apanhadores do COSEMS faz o reforço, é importante fazer informe poque envolve recurso e impacta no projeto de cofinanciamento.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete / SUVISA/SES, disse falta pactuar a abertura de conta bancária específica para recebimento do repasse financeiro para investimentos das transferências fundo a fundo do Tesouro Estadual.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, pergunta se as regionais ao orientar os municípios para abrir contas específicas estabeleceu prazos, é importante fixar datas.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete / SUVISA/SES, pede na próxima apresentação GT Governança definir um prazo para abertura de contas o mais rápido possível, o edital do cofinanciamento foi aberto no final de Maio de 2022 está finalizando o mês de junho de 2023 e não foi realizado nenhum repasse, a rapidez beneficia todos os municípios.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, pede prazo razoável, não moroso.

Dra. Lidiane de Oliveira – SMS Divinópolis, disse que tem banco demorando para abertura de conta até 30 dias para gestor, o prazo evita o município acomodar, data limite de um mês é muito razoável, precisa finalizar o pagamento dos valores.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, confirma prazo de 30 dias após a Resolução CIB.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete / SUVISA/SES, fez a leitura no chat, o município de Goiânia pergunta qual o e-mail para enviar as divergências encontradas nos indicadores de Programa de Qualificação de Qualidade das Ações de Vigilância em Saúde - PQA VS, respondeu que o e-mail foi enviado no chat para informações e dúvidas. Disse que teve algumas oficinas do cofinanciamento no segundo semestre do ano passado, para continuar aguarda a liberação do recurso, são nove projetos do cofinanciamento.

Encaminhamento: vai para reunião da CIB como apresentação e pactuação

3.3 – Monitoramento da Estratégia Nacional de Atenção e Prevenção da Obesidade Infantil (PROTEJA). (Responsáveis: Liana Lima Vieira e Cristiano Martins da Silva - Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição/GVEDNTPS)



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Liana Vieira – Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição/GVEDNTPS/SUVISA/SES, disse que o PROTEJA foi instituído pelas Portarias nº 1.862 e 1863 de 10 de agosto de 2021, incentivo de recurso Federal, com o objetivo de incentivar os municípios a implementarem ações em todos os espaços que são frequentados pelas crianças e suas famílias com a finalidade de prevenção e atenção a obesidade infantil, e contribuir para oferta de ações de atenção em saúde para crianças e adolescentes que tenham excesso de peso, os responsáveis pelas ações são os gestores municipais de saúde, atores não governamentais e organismos internacionais, 24 municípios aderiram ao PROTEJA, requisitos para adesão ao incentivo financeiro: - porte populacional menor de 30 mil habitantes, segundo projeção do IBGE para o ano de 2020; - valor maior ou igual a 15% de prevalência de excesso de peso em crianças menores de 10 anos; - valor maior igual a 50% de cobertura de avaliação do estado nutricional (peso e altura) em crianças menores de 10 anos e registro de avaliação de marcadores de consumo alimentar em crianças menores de 10 anos, segundo SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no ano de 2019, para as ações acontecer com eficiência e eficácia requer uma articulação local para implementação com outros setores como educação, assistência Social, agricultura, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento urbano, esportes, Câmara de Vereadores e outros; principais ações: - monitor o estado nutricional do consumo alimentar; - ofertar cuidado multiprofissional individual e coletivo na Atenção Primária Saúde - APS: - incluir metas de prevenção e atenção a obesidade infantil no plano municipal de saúde; - incluir metas de prevenção e atenção a obesidade infantil no plano Municipal de saúde; - realizar educação alimentar e nutricional e promover a atividade física nas escolas; - qualificar profissionais de educação, agentes comunitários de saúde e da assistência social; - oferecer ambientes de alimentação saudável nas creches, escolas, serviços de saúde e espaços comunitários, e ações complementares: - da APS ofertar uma opção de prática integrativa e complementar, - ofertar uma atividade de educação nutricional e alimentar no âmbito das escolas, - promover a saúde em ambientes alimentares saudáveis e práticas de atividade física e apresentar projetos de lei que promovam ambientes adequados e saudáveis à prevenção da saúde e obesidade infantil, Água limpa, Aragoiânia, Moiporá são os principais municípios que apresentam as maiores prevalências de obesidade em menores de 10 anos, o aleitamento materno em crianças até 02 anos é hábito alimentar mais saudável, seguido de alimentos ricos em ferro e vitaminas. A com diversidade alimentar de 66%, crianças de 2 a 9 anos que consome feijão, frutas, verduras e legumes não alcançou 70% como hábito de alimentação saudável e o ato de realizar no mínimo três refeições principais ao dia 60%, a meta ideal de prevalências de hábito alimentar saudável é 100 %, o primeiro ciclo de repasse financeiro é após a habilitação da adesão, o segundo após avaliação de desempenho de 12 meses e o terceiro após avaliação de desempenho de 24 meses, para o monitoramento é necessário alcançar metas e indicadores que são o aumento do número de criança com estado nutricional (peso e altura) avaliado, aumento do número de criança com práticas alimentares saudáveis e o aumento do número de atendimentos individuais de crianças obesas, Guarinos, Leopoldo de Bulhões, Marzagão e Vicentinópolis cumpriram somente uma meta que foi o estado nutricional peso e altura dos 24 municípios 17% cumpriu uma meta, 38% cumpriu duas e 46% as três metas, 100% dos Municípios aumentaram seus registros em relação ao estado nutricional em crianças menores de 10 anos, 72,5% aumentaram o registro de consumo alimentar e 66,7% aumentaram o registro de atendimento individual em crianças com obesidade e 45,8% alcançaram os três indicadores que é estado



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

nutricional consumo alimentar e atendimento individual para crianças menores de 10 anos, deseja que os 24 municípios atinjam 100% de todos os indicadores.

Dra. Andréia Abbes – SMS São João da Aliança/COSEMS, perguntou se o 24 municípios estão articulados.

Dr. Cristiano Martins – Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição/GVEDNTPS/SUVISA, disse que tem Grupo de Trabalho com municípios, porque o recurso financeiro precisa ser articulado e para cada Regional tem um responsável técnico de apoio aos municípios, foram realizadas quatro oficinas, a dificuldade é a troca de servidores, existe articulação.

Dra. Andréia Abbes – SMS São João da Aliança/COSEMS, parabenizou pelo projeto e que seja ampliado para todos os municípios.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, perguntou se área técnica da SES participa do grupo de Trabalho ou somente a Coordenação Nacional do Programa, que uma articulação da Secretaria de Estado, regionais e municípios é extremamente importante para a melhoria dos indicadores.

Dra. Liana Vieira – Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição/GVEDNTPS/SUVISA, respondeu que sim, todos os programas são coordenados pela Vigilância Alimentar e Nutricional da SES, e tem a Coordenação Geral do Ministério da Saúde - CEGAM.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete/SUVISA/SES, propôs como encaminhamento, fazer uma reunião online com os executores do PROTEJA dos 24 municípios, com gestores e participação do COSEMS para apresentar de forma mais detalhada, para dar mais aporte, convida a Atenção Básica da SPAIS que está diretamente vinculada a esses indicadores, discutir calmamente como os municípios que fazem parte, e levantar as fragilidades que o gestor expõe mediante aos dados levantados para melhorar os indicadores.

Encaminhamento: não vai para reunião da CIB

Terminados todos os pontos de pauta Dra. Silvéria e Dra. Maria de Fátima pede tempo para recado divulgar cursos.

Dra. Maria de Fátima Rodrigues – Coordenadora do Programa VIVA/ SUVISA/SES, falou sobre o curso da Vigilância, pessoas em situação de violência, pede para as regionais divulgarem o curso, última semana de inscrição, ensino a distância, direcionado para profissionais da Saúde, Assistência, Educação para detecção e a notificação das violências e implantação das redes de prevenção, vigilância e atenção às pessoas em situação de violência, 26% dos municípios goianos estão silenciosos, cruzando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN com as internações dos municípios tem violência e não tem notificação, o curso é uma oportunidade para qualificar as equipes, identificar e observar as manifestações subjetivas saber abordar, notificar e fazer a atenção adequada as pessoas a situação de violência, o link do curso está no site da SES escola, edital 13.

Dra. Silvéria Milhomen – Coordenadora Vigilância Sanitária Ambiental/SUVISA/SES, fez a



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

divulgação do curso básico de Vigilância Sanitária Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2ª edição, disse que a prorrogação das inscrições encerram no próximo final de semana, são 362 vagas e até o momento 180 inscritos, solicita divulgação, os Municípios sempre solicitam capacitação, curso é a distância com 140 horas.

Dra. Cristina Laval – Assessora de Gabinete / SUVISA/SES, disse são dois cursos interessantes e importantes para divulgação nos municípios e participação. Agradece presença, encerrou a reunião.